



Nenhuma prova foi colhida contra João Vaccari Netto, diz defesa

Não existe qualquer prova que sustente a denúncia por lavagem de dinheiro contra João Vaccari Netto, tesoureiro afastado do PT. Segundo as alegações finais do advogado do petista, Luiz Flávio Borges D'Urso, a denúncia se baseia apenas em delações premiadas.

Vaccari é um dos investigados na operação "lava jato". Ele é acusado de ser um dos operadores do dinheiro pago por empreiteiras contratadas pela Petrobras. A defesa de Vaccari protocolou nesta terça-feira (25/8) suas alegações finais à 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, antes da sentença de mérito. O petista está preso preventivamente desde abril deste ano.

Segundo D'Urso, o processo tem base apenas em delações premiadas do doleiro Alberto Youssef, Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, e do ex-dirigente da Toyo Setal Augusto Mendonça Netto. “É sempre bom advertir que a lei proíbe que uma sentença condene alguém exclusivamente com base em delação premiada”, afirma D'Urso.

A defesa ainda sustenta que, apesar disso, ficou demonstrado que as delações não incriminam Vaccari porque Youssef, que é réu na operação, disse que nunca esteve com Vaccari ou entregou qualquer quantia. Da mesma forma, diz a defesa, Barusco afirmou “taxativamente” que nunca soube se Vaccari recebeu algum dinheiro. Augusto Mendonça se limitou a afirmar que Vaccari indicou a conta do PT para depósitos de doações e que ele não sabia a origem dos recursos.

“Nas 270 páginas da acusação do MPF, somente 12 referem-se a Vaccari, sendo que em nenhuma dessas referências foi apresentada uma prova sequer contra ele, o que obriga a sua absolvição”, diz D'Urso.

Em preliminar, a defesa sustentou a nulidade por incompetência do juízo da 13ª Vara Criminal para julgar esse processo, além de afirmar que houve cerceamento da defesa de Vaccari. Quanto a sua prisão preventiva, a defesa volta a afirmar que jamais existiram razões para sua decretação, insistindo no pedido de liberdade de Vaccari.

Date Created

25/08/2015